Projeto de Lei

Autoriza o Poder Executivo a contratar e/ou prorrogar, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público com atuação na Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, e dá outras providências.

O PREFEITO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e renovar 28 (vinte e oito) Educadores Sociais, 02 (dois) Técnicos de Enfermagem, 04 (quatro) Auxiliares de Serviços Gerais, todos pelo Regime Administrativo da Lei Municipal nº 5.011/03, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

§1º A remuneração, atribuições, carga horária e demais características dos contratados com base nesta Lei, corresponderão àquelas previstas no quadro de pessoal efetivo do Município, para a referida categoria, fixado o valor inicial da carreira como base da contratação.

§ 2º Em hipótese alguma será considerado título a ser utilizado em concurso público, o período de execução de serviços prestados ao Município decorrente da contratação prevista nesta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 27 de março de 2012.

Adolfo Antonio Fetter Junior
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

Abel Dourado
Chefe de Gabinete

JUSTIFICATIVA

Considerando que:

- A Lei 5.776/2010, que contempla a contratação temporária de 28 Educadores Sociais, está em vias de término em março/2012;

- O número de Educadores Sociais nomeados e efetivados para o preenchimento dos cargos em Contrato Administrativo não foi suficiente para atender a demanda;

- O aumento crescente de usuários acolhidos nos Abrigos Institucionais, bem como o aumento de demanda para os Educadores Sociais atuantes nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social);

- A recomendação da NOB RH SUAS (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social), de, nos Abrigos Institucionais, disponibilizar dois Educadores Sociais para cada grupo de seis usuários por turno;

- A SMCAS mantém 12 Abrigos Institucionais que funcionam 24 horas por dia, pois seus abrigados vivem sob a tutela do município (média de 200 usuários), cuja demanda provem das Promotorias Públicas do município;

- A SMCAS mantém cinco CRAS e dois CREAS, sendo um dos CREAS voltado à população em situação de rua, cuja abordagem social é realizada por estes profissionais citados;

Solicitamos, em caráter de urgência, a renovação dos 28 Contratos ou a Contratação de novos Educadores Sociais, sob pena de, esses serviços de ponta, que atendem diretamente nossos usuários, ficarem seriamente comprometidos.